

CALÓGERAS ATUALÍSSIMO

Celso Maria de Mello Pupo

Mesmo que eu fosse agora inspirado para uma elegia ou uma glória, quando a imensa figura do meu patrono me ofusca o entendimento e me inibe o verbo já de si apoucado, a minha oração seria o silêncio e o êxtase de admiração pela grandeza moral e intelectual de João Pandiá Calógeras. Sua obra é vasta e erudita; sua vida pública um modelo de dignidade e dedicação. Multiforme no saber, desde a juventude revelou uma elevada vivacidade intelectual para, aos vinte anos de idade, formar-se com distinção na Escola de Minas de Ouro Preto.

Deputado federal aos vinte e sete anos, salientaram seus biógrafos ter ele exercido cargos e missões que bem significam sua elevada capacidade: diretor de mineração de manganês em Santa Catarina, delegado à Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro, delegado à Conferência Pan-Americana de Buenos Aires, Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda, presidente da delegação brasileira à Conferência Financeira Pan-Americana de Buenos Aires, delegado do Brasil e, depois, presidente da delegação brasileira à Conferência da Paz em Versalhes, Ministro da Guerra na presidência Epiácio Pessoa, presidente da Companhia Nacional de Artefactos de Cobre, relator do estudo de reforma tributária de Minas Gerais, presidente da Liga Eleitoral Católica, presidente do Conselho do Mackenzie College, financista, conferencista e escritor, foi parlamentar, economista, mineralogista, diplomata, sociólogo, historiador, geólogo e estadista.

Autor de uma obra multiplicada em objeto e de sábia profundidade, Calógeras, o homem de coração, o homem de caráter, o homem de invulgar cultura capaz de exceder nos seus ensinamentos, de grego-cismático que era, passou a uma sincera e fundamentada convicção católica. Seu humanismo se revelou em toda a sua obra, extensa e vária, relembra pelo mestre e nosso confrade Odilon Nogueira de Matos, registrando “os títulos que mais interessam aos estudos históricos”:

“As Minas do Brasil e sua legislação”, 1 904 – 5.

“La Politique monétaire au Brésil”, 1 910.

“Os jesuítas e o ensino”, 1 911.

- “Vida de Mariano Procópio”, 1 912.
“O Brasil e seu desenvolvimento econômico”, 1 912.
“Rio Branco e a política exterior”, 1 913.
“O poder pessoal e o lápis fatídico”, 1 925.
“O Brasil de 1 840”, 1 925.
“Aspectos da economia nacional”, 1 926.
“O Brasil e a Sociedade das Nações”, 1 926.
“A ordem de São Bento e a civilização”, 1 927.
“A política exterior do Império”, 1 927 – 8.
“O tratado provincial de 1 828”, 1 928.
“Problemas de governo”, 1 928.

“Formação histórica do Brasil”, 1 930. (Esta obra, que alcançou várias edições e representa uma das melhores sínteses da história do Brasil, resultou de um curso ministrado por Pandiá Calógeras a professores e estudantes norte-americanos em visita ao Brasil, em 1 929; e foi publicada originalmente em inglês sob o título **History of Brazil**).

- “Feijó e a crise religiosa”, 1 931.
“Conceito cristão do trabalho”, 1 931.
“Educação política de D. Pedro II”, 1 932.
“Feijó Regente”, 1 932.
“O Marquês de Barbacena”, 1 932.
“Da Regência à queda de Rosas”, 1 933.
“Geologia econômica do Brasil”, 1 938.

Para não deixar de apreciar, embora ligeiramente – na exigüidade da minha capacidade e do meu tempo – mesmo uma de suas obras, abramos o seu “Conceito Cristão do Trabalho”, em suas primeiras palavras apostas a guisa de prefácio:

“Na hora presente do mundo, não é mais lícito desconhecer quanto pesa no desenvolvimento das nações o conceito nelas vigente sobre o trabalho, a natureza dele, ou, o que equivale ao trabalho, a natureza de seu agente produtor, o problema do Homem”.

Em vinte e quatro subtítulos, aborda Calógeras desde o “Engenho Humano”, para situar o egoísmo do seu tempo, hoje maior e mais difun-

dido, em oposição ao “amai-vos uns aos outros” da doutrina de Cristo. Cita exemplos, na sua época em ascendência nos países de regime extremista, e ameaçadores à humanidade como doutrina social que surgiu triunfando com as habituais adesões da massa sofredora e carente de justiça, adesões que se reduzem com o passar do tempo e com as revelações da fragilidade doutrinária das diretrizes sem Deus.

Surge-lhe, então, a oportunidade de comparar o espiritualismo e o materialismo, a dignidade e a escravização do homem, com a demonstração da verdadeira diretriz social cristã, humana, justa, pacífica, salvadora, alertando para o que sentenciou Leão XIII: “há uma lei de justiça natural mais alta e mais antiga, a saber: que o salário não deve ser insuficiente para a subsistência do obreiro sóbrio e honrado”.

Discorrendo, a seguir, sobre contrato de trabalho, direito de oposição, associações, greves, ação oficial e seus limites, estende-se sobre o salário que é “o benefício que o homem adquire pelo seu trabalho”. Classifica as formas deste benefício, seus resultados e conseqüências, sua natureza e modalidades, para concluir que “o salário justo é o que remunera eqüitativamente o trabalhador, concedendo-lhe parte dos benefícios trazidos pela venda do produto”, e que “esse problema confunde-se com o social, de que constitui a parte principal. O número e as condições dos interessados tornam a questão da mais alta importância”. E da maior atualidade, pode-se dizer, atentando para o caminhar da vida brasileira, quando o desequilíbrio, as diferenças sociais, longe de se encaminharem para soluções justas, são vistas num agravamento de problemas, quando se interligam com outras que surgem paralelas e em conseqüência.

Ao tratar do justo salário, como já se fundara anteriormente, mais proclama a grandeza da “Rerum Novarum”, do Pontífice Leão XIII, aquele documento que, há oitenta e sete anos, alertava já em seu primeiro item:

“A sede de inovações, que já muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, e novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e patrões, a afluência da riqueza nas mãos de um pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião, enfim mais

avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um terrível conflito”.

E Calógeras argumenta sobre a doutrina social da Igreja, sobre sua prática, acompanhando outro cristão, não católico, mas cristão de espírito justiceiro capaz de reconhecer o direito do trabalho, e de vislumbrar o sólido interesse de uma ordem social, com a qual, este mesmo cristão, beneficiou seu país, fazendo-o a mais forte nação econômica do mundo e a mais pacífica aglomeração humana do orbe.

Falamos dos Estados Unidos da América do Norte, onde um Henry Ford, espírito atilado e realizador quis, como ele mesmo disse, construir o carro das multidões. Porém, mesmo para adquirir o carro das multidões, faltava ao povo a capacidade aquisitiva. E foi quando Henry Ford pôs em prática as suas sábias conclusões, elevando os salários de seus servidores, obrigando os concorrentes à mesma política, transformando um povo de fraca capacidade aquisitiva, em poderoso consumidor, e provando que não há país rico com povo pobre. Orientado ou não pela “Rerum Novarum”, Ford a executou e viu sua pátria colher os frutos de uma boa justiça social, nos postulados que ele mesmo formulou posteriormente, em seu “Minha Vida e Minha Obra” para mostrar o que cabe ao empresário.

Calógeras, em nossa pátria, foi uma das poucas vozes isoladas da área política, para o meio hostil que não vislumbrou o caminho certo de uma democracia de justiça. Mas Calógeras foi o homem de fé, o homem que assenta sua doutrina, sua vida, sua diretriz social ou política, na convicção cristã que ele mantinha viva e atuante. E, convenhamos, Calógeras é atualíssimo.

Nasceu João Pandiá Calógeras no Rio de Janeiro, a 19 de junho de 1870; foi sua esposa Dona Elisa Guimarães, filha do desembargador Joaquim Caetano da Silva Guimarães. Elogiando-o, disse Humberto de Sousa Melo:

“Homem íntegro, devotado à causa pública e ao trabalho, viveu com o suficiente; e até com dificuldades porque, pela desambição material e pelo idealismo de servir ao país como um místico do patriotismo, jamais cuidou de amealhar outro tesouro que não fosse o da cultura e da erudição; brasileiro integral”, “cuja vida pública, na

afirmação de Gontijo de Carvalho, é uma lição perene de civismo, e cuja vida privada, sem mácula, pura como a de um santo, é o orgulho da espécie humana”.

*

PADRE RAFAEL MARIA GALANTI S. J.

Pe. Hélio Abranches Viotti S. J.

Não cheguei a conhecer pessoalmente o historiador Pe. Rafael Maria Galanti. Quando entrei em 1 918, como aluno, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, ainda ali se falava nele. Falecera seis meses antes, aos setenta e seis anos de idade, a 2 de agosto de 1 917.

Ao sairmos do colégio a passeio, pela cidade e seus arredores, contornávamos o lanço do majestoso Teatro, junto ao qual, em depósito de materiais deteriorados, apontavam-me colegas mais antigos a cadeira de rodas, em que o historiador passara seus últimos quatro anos de vida.

Filho de Vicente Galanti e de Olímpia Pomponi, nascera Rafael Maria a 15 de novembro de 1 840, em Cepparano na Província de Áscoli Piceno, vertentes orientais da cadeia dos Apeninos, em região da Itália central conhecida como “As Marcas”, pertencente aos Estados Pontifícios.

Pelas fotografias que dele restam, aparece-nos como sólido tipo romano, rosto quadrado, ombros largos, estatura mediana, olhar límpido e algo imperioso. Dizem os que o conheceram na intimidade que seu trabalho era particularmente franco e ameno. Nas aulas — no ano de 1 913 completava ele seu quadragésimo segundo ano de magistério ! — era exigente e impunha muito respeito.

Aos 19 anos de idade foi recebido na Companhia de Jesus. O noviciado da Província romana estava localizado em 1 860 em Avinhão, mas já no ano seguinte se transferia para Roma. De 1 862 a 1 865 cursou a Filosofia no Colégio Romano, atualmente Pontifícia Universidade Gregoriana.

Acabava a Província Romana de abrir sua missão religiosa no Brasil. Seu primeiro colégio no país, anterior aos de Itu e Recife, foi o do